

Caderno de Questões



Tribunal Regional do Trabalho
1ª Região - Rio de Janeiro - 2003

Prova para a Área:

MANHÃ

Realização:



Fundação
Euclides da Cunha
de Apoio Institucional à UFF

A01 - Administrativa

Atenção

Neste Caderno de Questões, você encontra:

- 05 questões de Direito do Trabalho - de 01 a 05;
- 05 questões de Direito Processual do Trabalho - de 06 a 10;
- 05 questões de Direito Processual Civil - de 11 a 15;
- 10 questões de Direito Constitucional - de 16 a 25;
- 10 questões de Direito Administrativo - de 26 a 35;
- 05 questões de Direito Civil - de 36 a 40;
- 12 questões de Língua Portuguesa - de 41 a 52;
- 08 questões de Matemática - de 53 a 60;
- Tema de Redação.

Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.

Duração da prova: 4 horas e 30 minutos.

Saída dos candidatos da sala: após 1 hora do início.

Liberação do Caderno de Questões: quando faltar 1 hora para o término da prova, (Edital, item 6.13).

Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar qualquer esclarecimento sobre a resolução das questões; esta tarefa é obrigação exclusiva do candidato.

Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de equipamentos eletrônicos.

Em cada questão só há uma opção correta de resposta, portanto evite rasurar seu Cartão de Respostas, pois em hipótese alguma ele será substituído.

Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Respostas; apenas confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assine no local indicado. É obrigatória sua assinatura no Cartão de Respostas.

O gabarito desta prova estará disponível nos locais de divulgação e no site www.fundec.org.br, a partir de 03/06/03.

Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deve seguir as orientações constantes no item 9 do Edital.

BOA SORTE

ANALISTA JUDICIÁRIO

DIREITO DO TRABALHO

01) O princípio que determina a prevalência das condições mais vantajosas para o trabalhador, ajustadas no contrato de trabalho ou resultantes do regulamento da empresa, ainda que vigore ou sobrevenha norma jurídica imperativa prescrevendo menor nível de proteção e que com esta não sejam elas incompatíveis, é o princípio:

- A) da norma mais favorável;
- B) da condição mais benéfica;
- C) "in dubio pro operário";
- D) da primazia da realidade;
- E) da intangibilidade.

02) As faltas injustificadas no serviço:

- A) autorizam o desconto dos dias respectivos no período de férias;
- B) consistem em hipótese de interrupção do contrato de trabalho;
- C) refletem na gradação alusiva ao período de férias;
- D) uma vez ocorrido o desconto no salário do empregado, não repercutem no período de gozo de férias;
- E) comprometem a assiduidade do empregado, justificando, de acordo com a lei, redução de salário.

03) Ressalvada a condição de aprendiz, é proibido qualquer trabalho ao menor de:

- A) 16 anos;
- B) 14 anos;
- C) 18 anos;
- D) 15 anos;
- E) 17 anos.

04) A prescrição do direito do empregado reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é:

- A) bienal;
- B) quinquenal;
- C) trintenária;
- D) inexistente;
- E) vintenária.

05) João foi contratado sem que a empresa tivesse estipulado o salário que iria ganhar. Tendo em vista que João desenvolve serviço equivalente ao de colega com mais de 2 anos de serviço, na mesma função, é correto dizer que:

- A) trata-se de equiparação salarial e somente terá sucesso se provar igual produtividade e mesma perfeição técnica;
- B) trata-se de equiparação salarial e João deverá comprovar o fato constitutivo do seu direito (igual função);
- C) trata-se de um ajustamento salarial decorrente de relações internas entre empresas que dispõem de plano de cargos e salários;
- D) não é possível a equiparação em razão da diferença de mais de 2 anos;
- E) não é possível a equiparação vez que inexistente na empresa pessoal organizado em quadro de carreira.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

06) Compromisso celebrado perante órgão do Ministério Público do Trabalho que constitui título executivo extrajudicial é denominado de:

- A) contrato;
- B) convenção;
- C) termo de ajuste de conduta;
- D) termo de conciliação;
- E) sentença.

07) No processo do trabalho, a contestação é apresentada:

- A) no prazo de 8 dias após a notificação inicial;
- B) no prazo de 15 dias após a notificação inicial;
- C) no prazo de 5 dias após a notificação inicial;
- D) em audiência;
- E) no protocolo, dentro do prazo assinalado pelo juiz.

08) O não comparecimento do reclamante à audiência acarreta:

- A) o arquivamento da reclamatória;
- B) a revelia;
- C) a confissão quanto à matéria fática;
- D) a desistência da ação;
- E) o julgamento antecipado da lide.

09) Os embargos à execução são:

- A) recurso;
- B) incidente de execução;
- C) ação do executado;
- D) simples petição;
- E) homologação irrecurável dos cálculos.

10) A Lei 9958/2000, que instituiu as comissões de conciliação prévia, determina que sua criação pelas empresas e os sindicatos:

- A) é obrigatória;
- B) depende de convenção coletiva;
- C) depende de acordo coletivo;
- D) depende de decreto regulamentar;
- E) é facultativa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11) Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I - O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- II - O gerente da filial ou agência presume-se autorizado, pela pessoa jurídica estrangeira, a receber citação inicial para o processo de conhecimento, de execução, cautelar e especial.
- III - É competente o foro do domicílio do credor, para anulação de títulos extraviados ou destruídos.
- IV - Dá-se conexão quando duas ou mais ações têm em comum o mesmo objeto ou a causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- V - Argúi-se por meio de exceção a incompetência em razão do valor da causa e do território.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) I, III e IV estão corretas;
- B) I, IV e V estão corretas;
- C) II, III e IV estão corretas;
- D) I, II e V estão corretas;
- E) II, IV e V estão corretas.

12) Considera-se inepta a petição inicial quando:

- A) a parte for manifestamente ilegítima;
- B) o autor carecer de interesse processual;
- C) o pedido for juridicamente impossível;
- D) o tipo de procedimento escolhido pelo autor não corresponder à natureza da causa, ou ao valor da ação, e não puder se adaptar ao tipo de procedimento legal;
- E) verificada desde logo a decadência ou a prescrição.

13) Verifica-se decisão de mérito quando:

- A) o autor desistir da ação;
- B) a ação for considerada intransmissível por disposição legal;
- C) ocorrer confusão entre autor e réu;
- D) as partes transigirem;
- E) o juiz indeferir a petição inicial.

14) Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I - Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.
- II - A sentença condenatória não produz hipoteca judiciária embora a condenação seja genérica.
- III - A sentença que determine o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.
- IV - Ao publicar a sentença de mérito, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional, sendo-lhe vedado alterá-la.
- V - Quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) I, III e V estão corretas;
- B) I, II e III estão corretas;
- C) I, II e V estão corretas;
- D) II, III e IV estão corretas;
- E) II, III e V estão corretas.

15) Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I - Não serão admitidos a lançar em nova praça ou leilão o arrematante e o fiador remissos.
- II - Na execução de crédito pignoratício, anticrético ou hipotecário, a penhora, independentemente de nomeação, recairá sobre a coisa dada em garantia.
- III - Não se repetirá a avaliação se os bens forem de pequeno valor.
- IV - A arrematação far-se-á com dinheiro à vista, ou a prazo de três (3) dias, mediante caução idônea.
- V - Quando os bens penhorados excederem o valor correspondente a 20 vezes o maior salário mínimo, será dispensada a publicação de editais.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) I, III e IV estão corretas;
- B) I, II e III estão corretas;
- C) II, III e IV estão corretas;
- D) II, III e V estão corretas;
- E) I, II e IV estão corretas;

DIREITO CONSTITUCIONAL

16) A ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal pode ser proposta perante:

- A) o Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República, pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal ou pela Mesa da Câmara dos Deputados;
- B) o Superior Tribunal de Justiça pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República;
- C) o Supremo Tribunal Federal pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados, pela Mesa de Assembléia Legislativa, por Governador de Estado, pelo Procurador-Geral da República, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por partido político com representação no Congresso Nacional, por Confederação Sindical ou Entidade de Classe de âmbito nacional;
- D) o Superior Tribunal de Justiça pelo Procurador-Geral da República, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Advogado-Geral da União;
- E) o Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República, pelo Advogado-Geral da União e por Governador de Estado.

17) O Tribunal Superior do Trabalho é composto por:

- A) onze Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal;
- B) onze Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Supremo Tribunal Federal;
- C) dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal;
- D) onze Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente do Senado Federal, após aprovação pelo Presidente da República;
- E) dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Supremo Tribunal Federal.

18) Autorizar referendo e convocar plebiscito é competência:

- A) privativa da Câmara dos Deputados;
- B) exclusiva do Congresso Nacional;
- C) privativa do Senado Federal;
- D) privativa da União;
- E) exclusiva do Presidente da República.

19) A elaboração de leis delegadas, pelo Presidente da República, depende de delegação do Congresso Nacional que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício através de:

- A) Decreto Legislativo;
- B) Lei Complementar;
- C) Lei Ordinária;
- D) Medida Provisória;
- E) Resolução.

20) Constituem Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil:

- A) a cidadania e a defesa da paz;
- B) a cidadania e o repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- C) a cidadania e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
- D) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e a defesa da paz;
- E) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

21) NÃO são privativos de brasileiros natos os cargos relacionados na opção:

- A) Ministro de Estado da Defesa, Embaixador, Presidente do Senado Federal;
- B) Ministro do Tribunal de Contas da União, Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados;
- C) Membro da carreira diplomática, Advogado-Geral da União, Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- D) Ministro do Tribunal de Contas da União, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;
- E) Ministro de Estado da Defesa, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

22) No que se refere às finanças públicas:

- I - a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central;
- II - é vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional;
- III - é vedado ao Banco Central comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- IV - leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

De acordo com o acima exposto, pode-se afirmar que estão corretos os itens:

- A) I, e III;
- B) II, III e IV;
- C) I, III e IV;
- D) I e IV;
- E) I, II e IV

23) Dos casos relacionados nos itens abaixo, aquele que, segundo as normas constitucionais, provocará a perda ou suspensão dos direitos políticos é:

- A) cancelamento da naturalização por sentença, antes de transitada em julgado;
- B) invocação de convicção filosófica para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- C) condenação criminal, antes de transitada em julgado;
- D) atos de probidade administrativa com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- E) incapacidade civil relativa.

24) Conceder-se-á mandado de injunção:

- A) para anular ato lesivo ao patrimônio público, ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- B) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou a sua retificação, se não corresponderem à verdade;
- C) para peticionar aos Poderes públicos para requerer a prestação jurisdicional diante da lesão ou ameaça a direito pessoal;
- D) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
- E) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

25) Relativamente ao processo legislativo, é correto afirmar que:

- A) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles;
- B) a emenda à Constituição será sempre promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, independentemente de ter sido proposta pelo Presidente da República ou pelo Poder Legislativo;
- C) o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos-leis e resoluções;
- D) as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Senado Federal;
- E) as medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação;

DIREITO ADMINISTRATIVO

26) A extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, compete ao:

- A) Presidente da República, quanto à União e ao Distrito Federal;
- B) Congresso Nacional;
- C) Presidente da República, por meio de lei complementar;
- D) Congresso Nacional, por expedição de lei complementar;
- E) Presidente da República, privativamente, mediante decreto.

27) Das assertivas abaixo, sobre a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, pode-se considerar como absolutamente correta a que se encontra na opção:

- A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- B) As pessoas jurídicas de direito público bem como as de direito privado prestadoras de serviços públicos ou privados responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa.
- D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo.
- E) As pessoas jurídicas de direito público bem como as de direito privado prestadoras de serviços públicos ou privados responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de improbidade.

28) Das assertivas abaixo, está correta a que se encontra na opção:

- A) A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público ou privado de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do emprego.
- B) A investidura em cargo ou emprego público depende de seleção prévia em concurso público de provas, independentemente da natureza, mas de acordo com a complexidade do cargo.
- C) A investidura em cargo ou emprego público ou privado depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- D) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, após estágio probatório de no mínimo 03 anos.
- E) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

29) A Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, realizou inspeção em abatedouro de bovinos para comércio interestadual, descobrindo graves irregularidades em suas condições de higiene. Ante o quadro do local e cumpridos os procedimentos legais, a autoridade administrativa decidiu interditar o estabelecimento, independentemente de ordem judicial, até que as deficiências fossem sanadas. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, o atributo que caracteriza esse ato administrativo de interdição é:

- A) a executoriedade;
- B) a imperatividade;
- C) a exigibilidade;
- D) a presunção de validade;
- E) o poder de polícia.

30) Leia as assertivas abaixo a respeito da responsabilidade do servidor e da comunicabilidade de instâncias.

- I - A absolvição judicial só repercute na esfera administrativa se negar a existência do fato ou afastar do acusado a respectiva autoria.
- II - A Administração pode demitir funcionário por corrupção passiva com base, apenas, no inquérito administrativo.
- III - A absolvição do réu funcionário, por não provada autoria, não prejudica punição administrativa por falta residual.

Sobre as assertivas pode-se dizer que:

- A) apenas I está correta;
- B) apenas II está correta;
- C) apenas III está correta;
- D) I e II estão corretas;
- E) I, II e III estão corretas.

31) Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, o ato administrativo:

- I - é perfeito quando esgotadas as fases necessárias à sua produção;
- II - é válido quando foi expedido em absoluta conformidade com as exigências do sistema normativo;
- III - é eficaz quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios, ou seja, quando o desencadear de seus efeitos típicos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- A) I e II estão corretas;
- B) II e III estão corretas;
- C) I, II e III estão corretas;
- D) I e III estão corretas;
- E) apenas III está correta.

32) O servidor público civil estável pode perder o cargo:

- I - por sentença judicial, ainda que sujeita a recurso;
- II - em virtude de processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III - em virtude de diplomação como vereador municipal;
- IV - em virtude de sua convocação para o serviço militar.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- A) apenas I está correta;
- B) II e III estão corretas;
- C) I e III estão corretas;
- D) apenas II está correta;
- E) apenas III está correta.

33) Admitindo-se o critério de classificação dos atos administrativos entre discricionários e vinculados, a opção que contém somente atos vinculados é:

- A) autorização para porte de arma e admissão;
- B) licença para construir e autorização para porte de arma;
- C) admissão e licença para construir;
- D) admissão e aprovação;
- E) autorização para porte de arma e aprovação.

34) O ato administrativo que cria nova situação jurídica individual para seus destinatários em relação à Administração chama-se:

- A) alienativo;
- B) constitutivo;
- C) modificativo;
- D) declaratório;
- E) extensivo.

35) A Administração Pública, em sentido objetivo, no exercício da função administrativa, engloba as atividades abaixo, EXCETO:

- A) polícia administrativa;
- B) elaboração legislativa, com caráter inovador;
- C) serviço público;
- D) fomento a atividades privadas de interesse público;
- E) intervenção no domínio público.

DIREITO CIVIL

36) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- A) os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos;
- B) os loucos de todo gênero;
- C) os surdos-mudos;
- D) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos;
- E) os maiores de dezoito e menores de vinte e um anos.

37) Dentre os elementos acidentais do negócio jurídico, pode-se citar:

- A) o dolo;
- B) a capacidade do agente;
- C) a simulação;
- D) a condição;
- E) o erro.

38) Leia as assertivas abaixo, referentes às Obrigações.

- I - É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- II - Na obrigação de dar coisa certa, os frutos percebidos e pendentes são do devedor.
- III - Extingue-se a obrigação de não-fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- IV - O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é inválido, ainda provado depois que não era credor.
- V - O devedor que paga tem direito à quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto esta não lhe seja dada.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas:

- A) I, II e III;
- B) II, III e V;
- C) I, III e IV;
- D) II, IV e V;
- E) I, III e V.

39) Segundo o Artigo 513 do Código Civil, o direito de preferência ou preempção na compra deve ser exercido no prazo máximo de:

- A) 90 dias, se a coisa for móvel, ou 2 anos, se imóvel;
- B) 180 dias, se a coisa for móvel, ou 2 anos, se imóvel;
- C) 120 dias, se a coisa for móvel, ou 10 anos, se imóvel;
- D) 180 dias, se a coisa for móvel, ou 5 anos, se imóvel;
- E) 90 dias, se a coisa for móvel, ou 5 anos, se imóvel.

40) O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, decai:

- A) em cinco anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;
- B) em dois anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;
- C) em três anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;
- D) em cinco anos, a contar da data da assembléia de constituição;
- E) em três anos, a contar da data da assembléia de constituição.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

O lazer é uma criação da civilização industrial. Trata-se de um fenômeno de massa com características especiais que nunca existiram antes do século XX.

05 Antes o lazer era privilégio dos nobres e, depois, dos burgueses, que, com caçadas, festas, bailes, jogos, intensificavam suas atividades predominantemente ociosas.

Os artesãos e camponeses de antes da Revolução

10 Industrial seguiam o ritmo da natureza: começavam a trabalhar ao clarear do dia e paravam ao cair da noite; a deficiente iluminação não permitia outra escolha. Seguiam o ritmo das estações, pois a semente exige o tempo de plantio, tanto quanto a colheita deve ser feita

15 na época certa. Havia "dias sem trabalho", que ofereciam possibilidade de repouso, embora não muito, pois geralmente os feriados previstos eram impostos pela Igreja e havia a exigência de práticas religiosas e rituais obrigatórios. As festas religiosas ou

20 as que marcavam o fim da colheita eram atividades coletivas e tinham um sentido importante na vida social.

O advento da era industrial e o crescimento das cidades alteraram esse panorama. Com a introdução

25 do relógio, o ritmo do trabalho deixa de ser marcado pela natureza. A mecanização, a divisão e organização das tarefas exigem que o tempo de trabalho seja cronometrado. As extensas jornadas de dezesseis a dezoito horas mal deixam tempo para a recuperação

30 fisiológica.

Mas as reivindicações dos trabalhadores vão lentamente conseguindo algumas alterações: a partir de 1850 é restabelecido o descanso semanal; em 1919

35 é votada a lei das oito horas; dá-se a redução progressiva da semana de trabalho para cinco dias. Depois de 1930, várias outras conquistas, como o descanso remunerado, as férias e, concomitantemente, a organização de "colônias de férias", fazem surgir no século XX o "homem-de-após-

40 trabalho". É o início de uma nova era, que tende a tomar contornos mais definidos com a intensificação da automação do trabalho. Estamos dirigindo-nos a passos largos para uma "civilização do lazer".

A diminuição da jornada de trabalho criou o *tempo*

45 *liberado*, que não pode ser confundido ainda com o tempo propriamente *livre*, pois aquele vai ser gasto de inúmeras maneiras: no transporte na maioria das vezes o operário mora longe do local de trabalho; há

50 ainda o gasto com as ocupações de asseio e alimentação; com o sono; com obrigações familiares e afazeres domésticos; com obrigações sociais, políticas ou religiosas; às vezes até com um "bico" para ganhar mais alguns trocados. Isso sem falar no trabalho feminino, que sempre supõe a "dupla jornada

de trabalho".

(ARANHA, M. Lúcia de Arruda & MARTINS, M. H. Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986, p. 64-5.)

41) O texto tem por objetivo:

- A) contestar a necessidade de lazer em sociedades anteriores à era industrial;
- B) relatar eventos históricos que dão origem ao lazer contemporâneo;
- C) contrastar o lazer dos nobres e burgueses com o das classes menos favorecidas;
- D) revelar que o modo de vida das sociedades agrárias era melhor que o da civilização contemporânea;
- E) justificar a posição da Igreja no mundo dominado pela nobreza e pela burguesia.

42) No desenvolvimento, as autoras se valem de inúmeras estratégias para resguardar a coerência e convencer o leitor. Observa-se, porém, que elas evitam:

- A) usar o presente histórico para conferir maior vivacidade ao discurso;
- B) datar conquistas trabalhistas;
- C) expressar-se em linguagem objetiva e concisa;
- D) usar o tempo como critério ordenador das idéias desenvolvidas;
- E) recorrer à ficção para ilustrar seu ponto de vista.

43) Os pronomes sublinhados nos itens abaixo referem-se aos termos indicados à direita de cada item, EXCETO o que se encontra em:

- A) "...que nunca existiram antes do século XX." (linhas 3-4) / "características especiais" (linha 3);
- B) "...intensificavam suas atividades predominantemente ociosas." (linhas 7-8) / "nobres" (linha 5) e "burgueses" (linha 6);
- C) "...alteraram esse panorama." (Linha 24) / "Os artesãos e camponeses de antes da Revolução Industrial seguiam o ritmo da natureza (...) e tinham um sentido importante na vida social" (linhas 9-22);
- D) "Estamos dirigindo-nos a passos largos para uma 'civilização do lazer'." (linhas 42-43) / "homem-de-após-trabalho" (linhas 39-40);
- E) "...pois aquele vai ser gasto de inúmeras maneiras." (linhas 46-47) / "*tempo liberado*" (linhas 44-45).

44) No enunciado "A diminuição da jornada de trabalho criou o *tempo liberado*, que não pode ser confundido ainda com o tempo propriamente *livre*, pois aquele vai ser gasto de inúmeras maneiras." (linhas 44-47), o sentido fica visivelmente alterado com a substituição da conjunção em destaque por:

- A) porquanto;
- B) portanto;
- C) visto que;
- D) dado que;
- E) uma vez que.

45) O sentido de "Havia 'dias sem trabalho', que ofereciam possibilidades de repouso, embora não muito" (linhas 15-17) altera-se sensivelmente com a substituição da conjunção grifada por:

- A) ainda que;
- B) posto que;
- C) se bem que;
- D) desde que;
- E) mesmo que.

46) No enunciado "...a semente exige o tempo de plantio, tanto quanto a colheita deve ser feita na época certa." (linhas 13-15), a segunda oração exprime, em relação à primeira, uma circunstância de sentido:

- A) comparativo;
- B) temporal;
- C) condicional;
- D) consecutivo;
- E) conformativo.

47) No trecho "As extensas jornadas de dezesseis e dezoito horas mal deixam tempo para a recuperação fisiológica" (linhas 28-30), a palavra mal está empregada com o mesmo sentido que em:

- A) Não devemos desejar mal ao próximo.
- B) Mal chegaram, tiveram de partir,
- C) Seu mal vem-se agravando com o tempo.
- D) Abaladíssimo, mal conseguia dar alguns passos.
- E) As coisas estão indo de mal a pior.

48) Há evidente equívoco na determinação do sufixo nominal destacado em:

- A) "possibilidade de repouso" (linha 16) = qualidade;
- B) "era industrial" (linha 23) = relação, pertinência;
- C) "crescimento das cidades" (linhas 23-24) = proveniência, origem;
- D) "reivindicações dos trabalhadores" (linha 31) = agente;
- E) "automação do trabalho" (linha 42) = ato ou efeito.

49) A frase em que se infringe a norma de concordância nominal prescrita pela língua culta é:

- A) O tempo livre era gasto com asseio e alimentação necessárias.
- B) Os trabalhadores assistiam semanalmente a práticas e rituais religiosos.
- C) Os trabalhadores não tinham direito a descanso e férias remuneradas.
- D) Viviam no lazer a nobreza e a burguesia ociosas.
- E) As leis não protegiam o artesão e o camponês sofridos.

50) A frase em que uma das formas verbais está flexionada de forma INCORRETA, segundo o padrão culto da língua, é:

- A) Seria bom que a Igreja reouvesse o poder que detinha.
- B) Se a burguesia não revir seu modo de vida, acabará arruinada.
- C) Todos trabalhavam para que os nobres se entretivessem no ócio.
- D) Quem se contrapuser ao regime não sobreviverá.
- E) Os burgueses só deixarão o poder quando isto lhes convir.

51) Os enunciados abaixo foram convertidos da voz passiva analítica para a voz passiva sintética ou pronominal. Cometeu-se uma impropriedade na conversão em:

- A) "a colheita deve ser feita na época certa" (linhas 14-15) / a colheita deve fazer-se na época certa;
- B) "exigem que o trabalho seja cronometrado" (linhas 27-28) / exigem que se cronometre o trabalho;
- C) "a partir de 1850 é restabelecido o descanso semanal" (linhas 32-33) / a partir de 1850 se restabelece o descanso semanal;
- D) "em 1919 é votada a lei das oito horas" (linhas 33-34) / em 1919 votou-se a lei das oito horas;
- E) "que não pode ser confundido ainda com o tempo propriamente livre" (linhas 45-46) / que não se pode confundir ainda com o tempo propriamente livre.

52) Nos itens abaixo, dando continuidade ao que se diz na primeira frase, empregou-se com ERRO o pronome átono em:

- A) Os nobres intensificavam suas atividades predominantemente ociosas. Eles intensificavam-nas, quase sempre, depois que...
- B) Os artesãos e os camponeses seguiam o ritmo da natureza. Eles o seguiam obrigatoriamente, uma vez que...
- C) A deficiente iluminação não permitia aos artesãos e camponeses outra escolha. Ela não lhes permitia outra escolha, sobretudo quando...
- D) A semente exige o tempo de plantio. Se ela o exige, é claro que não se podia...
- E) A diminuição da jornada de trabalho acabou por criar o tempo liberado. Ao criar-lhe, tornou mais fácil para todos...

MATEMÁTICA

53) As atividades físicas têm sido recomendadas como forma de se obter uma boa qualidade de vida. Uma pesquisa realizada com médicos que residem na região oceânica de uma determinada cidade, na faixa etária entre 30 e 40 anos, sobre a prática de duas modalidades de atividades físicas, caminhada na orla marítima e exercícios em academia de ginástica, constatou que, dos médicos consultados, 180 não freqüentam academia de ginástica, 130 apenas caminham na orla, 280 praticam apenas uma das duas modalidades e 30 praticam as duas modalidades. A quantidade de médicos que freqüentam academia de ginástica corresponde a:

- A) 150;
- B) 160;
- C) 180;
- D) 210;
- E) 280.

54) Ao se aposentar, um trabalhador recebeu o fundo de garantia e aplicou todo o capital recebido, a uma taxa de juros compostos de 30% ao ano, durante 24 meses. Após esse tempo, recebeu um montante de R\$ 101.400,00, com os quais comprou um sítio em uma cidade serrana onde pretende aproveitar sua aposentadoria, junto à natureza. O aposentado recebeu de fundo de garantia a quantia de:

- A) R\$ 60.000,00;
- B) R\$ 72.000,00;
- C) R\$ 86.400,00;
- D) R\$ 92.488,00;
- E) R\$ 184.000,00.

55) Para amarrar um tubo cilíndrico com uma corda, um operário gasta 2m de corda, sendo 0,43m para fazer o nó e o restante para circular o tubo. Considerando-se que, ao circular esse cilindro, obtém-se uma circunferência, pode-se afirmar que o raio dessa circunferência mede, em centímetros (considere $\pi = 3,14$):

- A) 0,50;
- B) 40;
- C) 25;
- D) 0,40;
- E) 4.

56) A produção de $5,4 \times 10^8$ toneladas de grãos, armazenados em um galpão de uma cooperativa de agricultores, provém de três fazendas, A, B e C, situadas na redondeza. A produção de cada fazenda foi proporcional às respectivas áreas plantadas, de 3×10^3 ha, 4×10^3 ha e 5×10^3 ha. A produção de grãos, em toneladas, da fazenda com maior produção foi de:

- A) 22,5 milhões;
- B) 13,5 milhões;
- C) 157,5 milhões;
- D) 195 milhões;
- E) 225 milhões.

57) Em um escritório de advocacia, 8 advogados analisavam 24 ações em 15 dias. Alguns advogados foram aprovados em um concurso público e deixaram esse escritório, que passou a dispor de apenas 3 advogados. Se nenhum outro advogado for admitido e os que restaram mantiverem o mesmo ritmo de trabalho, a quantidade de dias que eles necessitarão para analisar 27 ações será de:

- A) 6;
- B) 30;
- C) 35;
- D) 40;
- E) 45.

58) Em uma parede com 3m de largura e 2,7m de altura, deseja-se colocar um espelho retangular, com 80cm de largura e 1,5m de altura. A área máxima visível dessa parede, após a colocação desse espelho, será de:

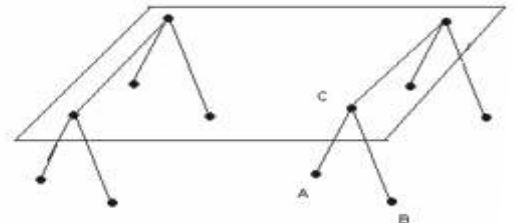
- A) $6,9m^2$;
- B) $2,64m^2$;
- C) $7,9m^2$;
- D) $7,6m^2$;
- E) $6,4m^2$.

59) Um funcionário do Judiciário recebe um salário bruto de R\$ 3.800,00 por mês. Após os descontos de vale-transporte, imposto de renda e previdência, perde 25% do seu salário bruto. Se ele receber um aumento de 20% no seu salário bruto, mas os descontos totalizarem 30% sobre esse salário, seu ganho real será de:

- A) 15%;
- B) 13%;
- C) 14%;
- D) 12%;
- E) 11%.

60) Para realizar seus projetos, um arquiteto utiliza uma bancada, em vidro, que tem como suporte dois cavaletes em aço escovado, como os da figura abaixo. Sabendo-se que os pontos A, B e C formam um triângulo isósceles, com base AB medindo 40cm e lados 80cm, pode-se afirmar que tal bancada está a uma altura mínima do chão de:

- A) $10\sqrt{65}$ cm;
- B) $20\sqrt{15}$ cm;
- C) $40\sqrt{3}$ cm;
- D) $10\sqrt{6}$ cm;
- E) $60\sqrt{10}$ cm.



TEMA DE REDAÇÃO PARA O CARGO AO1

O Governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de reforma do sistema previdenciário nacional, com propostas que alterarão substancialmente as normas atualmente em vigor, sob a alegação de que sem a reforma o sistema irá falir em pouco tempo.

Redija um texto dissertativo sobre este tema, apresentando com objetividade argumentos acerca de sua posição a favor ou contra o referido projeto.

CONCURSO PÚBLICO - GABARITOS
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

GABARITO APÓS RECURSOS DAS PROVAS PARA O CARGO DE:
ANALISTA/ ADMINISTRATIVA (A01)

(*) = QUESTÃO ANULADA

DIREITO DO TRABALHO

[01-B] [02-C]

[03-A] [04-C] [05-D]

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

[06-C] [07-D]

[08-A] [09-C] [10-E]

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

[11-D] [12-C]

[13-D] [14-A] [15-E]

DIREITO CONSTITUCIONAL

[16-A] [17-C] [18-B] [19-E]

[20-*] [21-D] [22-E] [23-B] [24-E] [25-B]

DIREITO ADMINISTRATIVO

[26-E] [27-A] [28-E] [29-A]

[30-*] [31-C] [32-D] [33-C] [34-B] [35-B]

DIREITO CIVIL

[36-D] [37-D]

[38-E] [39-B] [40-C]

LINGUA PORTUGUESA

[41-B] [42-E] [43-D] [44-B] [45-D] [46-A]

[47-D] [48-C] [49-A] [50-E] [51-D] [52-E]

MATEMATICA

[53-C] [54-A] [55-C] [56-E]

[57-E] [58-A] [59-D] [60-B]